

O Brasil já é um país que produz mais do que gasta

José Cláudio
Ferreira da Silva (*)

Durante décadas, muitos países subdesenvolvidos financiaram parcelas do seu dispêndio utilizando-se de poupança externa. Como a quase totalidade desses repasses era administrada por agências oficiais de desenvolvimento e porque a possibilidade de geração de poupança interna adicional era escassa, pode-se assegurar que eles se dirigiram a projetos de investimento produtivo e social. A ausência desses recursos oficiais inviabilizaria tais investimentos, que, simplesmente, não seriam realizados. Trata-se de fato normal da relação entre nações e indivíduos: pelo menos desde o surgimento das moedas, os excedentes de alguns são usados para financiar os déficits de outros. Modernamente, os sistemas financeiros dedicam-se a essa intermediação, quer o destino dos recursos transferidos seja o investimento quer seja o consumo.

Para os países, esse dispêndio excedente — dado pela diferença entre a produção e o dispêndio doméstico de bens e serviços em cada ano — transporta-se ao balanço de pagamentos como um déficit das balanças de mercadorias e serviços não-fatores. Os déficits das contas de rendas de capitais-juros, lucros e dividendos não são incluídos, pois representam pagamentos ligados a empréstimos e investimentos realizados no passado, não configurando, portanto, excessos de dispêndio sobre a produção a cada ano.

No Brasil, o déficit da conta de mercadorias e serviços não-fatores — ou excesso de dispêndio sobre a produção — foi muito pequeno desde o final da II Guerra até o início da década de 70; na década de 50 atingiu US\$ 80 milhões anuais em média, recuando para apenas US\$ 25 milhões anuais na década de 60.

Foi no início dos anos 70 que esse déficit passou a crescer, atingindo US\$ 1,0 bilhão ainda antes da primeira crise do petróleo. No quinquênio 1974/78, o excesso de dispêndio do País

foi, em média, de US\$ 3,9 bilhões anuais, com tendência decrescente, exceto no último ano do período, quando a quebra da safra agrícola exigiu pesadas importações. Mas, com poupança externa abundante — excedentes concentrados nos países-membros da OPEP — e baixas taxas internacionais de juros, não foi difícil financiar os agora mais elevados déficits.

Porém, uma modificação qualitativa surgiu: agora a quase totalidade do financiamento passou a ser intermediada pelo sistema financeiro internacional privado a taxas flutuantes de juros. Ao mesmo tempo, como os empréstimos em moeda não possuem selo de garantia quanto ao seu destino, e na ausência de missões técnicas como as que acompanham os empréstimos das agências oficiais de desenvolvimento, não mais se pode garantir que o endividamento se dirigia ao investimento. No caso brasileiro, são conhecidos programas de substituição de importações — o de insumos básicos e o Proálcool são dois exemplos —, mas ajustamentos no lado do consumo só ocorreram já no final da década passada. Até então, as camadas mais privilegiadas continuaram consumindo importações — petróleo, por exemplo — como se elas fossem tão baratas ao País como antes. Claramente, a facilidade do financiamento dos excessos de dispêndio provocou endividamento para consumo, com sacrifícios para as gerações futuras, postergando a necessidade do ajustamento.

A segunda crise do petróleo acelerou o processo e, no biênio 1979/80, o déficit da conta de mercadorias e serviços não-fatores atingiu US\$ 5,5 bilhões anuais. A simultânea elevação das taxas internacionais de juros, derivada de uma combinação de política monetária restritiva com déficits fiscais crescentes nos Estados Unidos, colocou em dúvida o sucesso da nova rodada de financiamento dos déficits, tornando reticentes os antes ofertantes banqueiros internacionais. Somente então — em meados de 1980, sete anos após a

primeira crise do petróleo — o governo brasileiro convenceu-se da necessidade do ajustamento. Mas agora já não seriam eficientes apenas medidas distributivas que penalizassem os mais privilegiados. A crise estava exposta e toda a sociedade teria de sacrificar-se: como um colário de medidas gerais, os menos privilegiados arcariam com a maior parcela dos sacrifícios, via desemprego, retirada de subsídios ao consumo básico, etc., embora também a classe média venha pagando um elevado preço.

Estabeleceu-se a recessão e o desemprego — o que reduz mais os dispêndios do que a produção, tendo em vista inibir as importações e estimular as exportações — e o excesso de dispêndio caiu para US\$ 2,2 bilhões no biênio 1981/82. Esse é um nível de desequilíbrio compatível com os do início da década de 70, quando relacionado

com qualquer das variáveis macroeconômicas relevantes, PIB, volume de exportações ou importações, capacidade instalada, etc. Ou seja, o excesso de dispêndio sobre a produção doméstica de bens e serviços retornou rapidamente aos padrões anteriores à primeira crise do petróleo. Uma recessão muito mais branda teria causado os mesmos efeitos em 1974, sabemos hoje.

Mas agora uma recessão branda não era suficiente, dado o aumento da dívida e a elevação das taxas internacionais de juros, que empurram o déficit da conta de serviços de fatores — basicamente juros — para a casa dos US\$ 10,7 bilhões anuais no biênio 1981/82, e os banqueiros internacionais não mais se dispuseram a financiar a totalidade dos juros devidos além do excesso de dispêndio.

E quando entra em cena o FMI. Comportando-se mais como um guardião

dos bancos do que como uma agência internacional oficial, exige que o País mude o sinal do seu desequilíbrio interno, passando a produzir domesticamente cada vez maiores excedentes de bens e serviços em relação ao seu dispêndio, de modo a permitir, via exportação de recursos reais, condições de pagamentos dos juros devidos. Já no primeiro ano de programa do Fundo, 1983, o desequilíbrio interno muda de sinal e o País produz US\$ 3,8 bilhões além do domesticamente despendido em bens e serviços, prevendo-se para 1984 que essa produção excedente atinja US\$ 5,8 bilhões (projeção oficial que deve ser superada em, pelo menos, US\$ 1 bilhão). Já não se pode mais tratar o Brasil como um país que gasta mais do que produz, comentário inúmeras vezes feito por dirigentes de países ricos, banqueiros internacionais e até mesmo

por alguns economistas brasileiros.

Porém, uma vez mais, isso não é suficiente. O claro objetivo dos banqueiros internacionais e do FMI é que o Brasil prossiga aumentando seu excesso de produção sobre o dispêndio até, pelo menos, pagar a totalidade dos juros devidos ano a ano, o que exigiria, às atuais taxas internacionais de juros, superávits de algo em torno de US\$ 12,0 bilhões anuais, aproximadamente o dobro do esperado para 1984. E ainda há um complicador: a totalidade das instituições internacionais que se dedicam a fazer previsões econômicas está anunciando novas elevações das taxas de juros neste final de ano e no próximo, mantendo-se nos elevados patamares previstos por mais dois ou três anos.

(Continua)

(*) Professor de Análise Macroeconômica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.